 Banrisul	Administração de Carteiras de Valores Mobiliários
Política de Compra e Venda de Valores Mobiliários no Âmbito da Administração de Carteiras	

I. Objetivo

1. Esta Política de Compra e Venda de Valores Mobiliários no Âmbito da Administração de Carteiras (“Política de Investimentos Pessoais”) tem como objetivo evitar a existência de conflitos de interesse entre as aplicações dos recursos próprios dos administradores, dos empregados, dos colaboradores (“Pessoas Sujeitas”) do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A (“Administrador Fiduciário”) e da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio (“Gestor de Recursos”) e aquelas realizadas para os investidores e os clientes dos serviços de administração de carteiras de valores mobiliários.

2. Essa Política de Investimentos Pessoais abrange as Pessoas Sujeitas que atuam nas atividades de administração de carteiras de valores mobiliários do Administrador Fiduciário e do Gestor de Recursos.

3. Essa Política de Investimentos Pessoais aplica-se, em conjunto e sem prejuízo, ao disposto na Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão do Banrisul que estabelece os procedimentos e diretrizes que devem ser adotados por todos os empregados e pessoas vinculadas na negociação com os ativos de emissão da instituição.


4. A Política de Investimentos Pessoais está em consonância com as Instruções CVM nº 555 e nº 558, de 17/12/2014 e 26/03/2015, respectivamente, ambas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e alterações posteriores, com os Códigos ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas de Fundos de Investimento e dos Serviços Qualificados ao Mercado de Capitais e demais legislações e regulamentações aplicáveis. Na hipótese de conflito das normas contidas nesta Política, prevalece o disposto na legislação e regulamentação vigentes.

II. Dos Requisitos dos Investimentos Pessoais

5. Ao aderir a essa Política de Investimentos Pessoais, as Pessoas Sujeitas reconhecem e concordam que seus investimentos pessoais devem observar as vedações, restrições e observações ora estabelecidas, mantendo-os em conformidade, enquanto atuarem nas atividades de administração de carteiras de valores mobiliários.

6. Os investimentos realizados no mercado financeiro e de capitais devem ser totalmente segregados daqueles realizados em nome dos fundos de investimento e carteiras administradas, de modo que sejam evitadas situações que possam configurar conflitos de interesse.

Edição	Informação	Data do Início da Vigência	Próxima Revisão	Aprovação	Página
1ª	() confidencial () uso interno (X) pública	26/7/2017	A qualquer momento	Comitê Fiduciário e Comitê de Recursos de Terceiros Nível I	Página 1 de 6

 Banrisul	Administração de Carteiras de Valores Mobiliários
Política de Compra e Venda de Valores Mobiliários no Âmbito da Administração de Carteiras	

III. Da Aplicação de Recursos em Fundos de Investimento sob Gestão e/ou Administração

7. É permitida a aplicação dos recursos próprios das Pessoas Sujeitas nos fundos de investimento sob a administração fiduciária do Administrador Fiduciário e ou gestão de recursos do Gestor de Recursos, desde que esses produtos sejam abertos ao público em geral e que sejam respeitadas as mesmas condições estabelecidas aos demais investidores do fundo de investimento investido.

8. Ressalta-se que essa permissão está sujeita a conflitos de interesse específicos, como os relacionados à exposição esperada, às informações de natureza confidencial decorrentes do próprio exercício das atividades, quando integram os processos de elaboração de estratégias e de tomada de decisão de investimentos do Gestor de Recursos, ou o processo de precificação de ativos do Administrador Fiduciário.


9. Para mitigar a materialização dos riscos mencionados no item 8, quando da aplicação e/ou resgates de recursos próprios nos fundos de investimento cujas carteiras contemplem estratégias de alocações em ações, derivativos e ou crédito privado, as Pessoas Sujeitas devem comunicar ao Agente de Controles Internos a ocorrência da movimentação.

10. O Administrador Fiduciário e o Gestor de Recursos não podem deter cotas de fundos de investimento que estiverem abrangidos pelos seus serviços de administração de carteiras, excetuados as seguintes hipóteses: (i) de aquisição de cotas por ocasião da constituição de fundo de investimento, desde que a totalidade das aplicações realizadas seja mantida pelo prazo máximo de 360 (trezentos e sessenta) dias, contados da data de constituição e não ultrapasse R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais); (ii) de fundos de investimento cujas cotas sejam detidas exclusivamente pelo Administrador Fiduciário ou o Gestor de Recursos; e (iii) fundo de investimento constituído sob a forma de condomínio fechado, desde que não haja, nos termos da regulamentação vigente da CVM, vedação à aquisição de cotas do fundo pela instituição administradora ou gestora da respectiva carteira.

IV. Das Vedações e Restrições

11. As aplicações das Pessoas Sujeitas no mercado à vista de ações estão restritas àquelas ações integrantes das carteiras teóricas de um dos índices calculados/divulgados pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3). Excepcionalidades podem ser autorizadas, desde que justificadas ao Comitê Fiduciário do

Edição	Informação	Data do Início da Vigência	Próxima Revisão	Aprovação	Página
1ª	() confidencial () uso interno (X) pública	26/7/2017	A qualquer momento	Comitê Fiduciário e Comitê de Recursos de Terceiros Nível I	Página 2 de 6

 Banrisul	Administração de Carteiras de Valores Mobiliários
Política de Compra e Venda de Valores Mobiliários no Âmbito da Administração de Carteiras	

Administrador Fiduciário ou ao Comitê de Investimentos do Gestor de Recursos, conforme a lotação das Pessoas Sujeitas.

12. Estão vedadas as seguintes operações para as Pessoas Sujeitas: (a) com índices futuros; (b) venda de ações a descoberto; (c) no mercado de balcão; (d) operações com opções, a exceção daquelas com caráter de *hedge* e (e) *day-trade*, de qualquer natureza.

13. É vedado às Pessoas Sujeitas realizar investimentos pessoais cuja remuneração ou cotação possa ser afetado por decisão ou fato que tenha participação e/ou conhecimento ou, ainda, que tenha obtido informação privilegiada no exercício de suas atribuições.

14. Especificamente às Pessoas Sujeitas ligadas ao Gestor de Recursos, elas não podem realizar operações em nome próprio envolvendo ativos financeiros que tenham sido objeto de avaliação pelo Comitê de Investimentos e deliberação da Diretoria de Gestão de Recursos de Terceiros, enquanto tais operações não sejam executadas em sua integralidade.

V. Da não aplicabilidade

15. Essa Política de Investimentos Pessoais não se aplica às posições detidas pelas Pessoas Sujeitas antes de sua adesão aos termos estabelecidos, as quais podem ser mantidas, assim como não se aplica para investimentos de renda fixa que registrem liquidez no mercado secundário.


VI. Compliance e Enforcement

16. As atividades de *compliance*, assim entendidas as ações de verificação de conformidade dessa Política de Investimentos Pessoais, são de atribuição da Controladoria do Banco, que conta com Agentes de Controles Internos nas unidades de negócios para atuar com a Controladoria nas ações necessárias à melhoria dos controles internos.

17. As Pessoas Sujeitas devem comunicar ao Agente de Controles Internos qualquer situação que as coloque, potencial ou efetivamente, em situação de conflitos de interesse com os fundos de investimento e carteiras administradas do Administrador Fiduciário e do Gestor de Recursos.

18. O Administrador Fiduciário e o Gestor de Recursos devem dar ciência dessa Política de Investimentos Pessoais às Pessoas Sujeitas, as quais firmam Termo de Ciência (Anexo A), adotando-a em conjunto com as demais regras

Edição	Informação	Data do Início da Vigência	Próxima Revisão	Aprovação	Página
1ª	() confidencial () uso interno (X) pública	26/7/2017	A qualquer momento	Comitê Fiduciário e Comitê de Recursos de Terceiros Nível I	Página 3 de 6


 Banrisul	Administração de Carteiras de Valores Mobiliários
Política de Compra e Venda de Valores Mobiliários no Âmbito da Administração de Carteiras	

estabelecidas na Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão do Banrisul.

19. Complementarmente, as Pessoas Sujeitas devem firmar, anualmente, Declaração de Conformidade (Anexo B) em que declaram que seus investimentos pessoais estão em conformidade com os procedimentos e regras contidos nessa Política de Investimentos Pessoais.

20. Eventuais infrações à presente Política de Investimentos Pessoais serão examinadas pelo Comitê de Recursos de Terceiros Nível I que encaminhará à Comissão de Ética do Banco, se for o caso, conforme disciplinado em regulamento específico.

Edição	Informação	Data do Início da Vigência	Próxima Revisão	Aprovação	Página
1ª	() confidencial () uso interno (X) pública	26/7/2017	A qualquer momento	Comitê Fiduciário e Comitê de Recursos de Terceiros Nível I	Página 4 de 6

 Banrisul	Administração de Carteiras de Valores Mobiliários
Política de Compra e Venda de Valores Mobiliários no Âmbito da Administração de Carteiras	


ANEXO A - Termo de Ciência da Política de Investimentos Pessoais

Eu, _____, CPF nº _____, declaro, para os devidos fins, que (i) recebi um exemplar da Política de Investimentos Pessoais; (ii) estou ciente do seu teor e de pleno acordo com seu conteúdo, comprometendo-me a cumpri-la, fielmente, durante toda a vigência das minhas atividades na administração de carteiras e, após, no que for cabível; e (iii) tenho conhecimento que as infrações à Política estão sujeitas a ações disciplinares, independentemente do nível hierárquico, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Porto Alegre, [•] de [•] de [•].

Assinatura

Edição	Informação	Data do Início da Vigência	Próxima Revisão	Aprovação	Página
1ª	() confidencial () uso interno (X) pública	26/7/2017	A qualquer momento	Comitê Fiduciário e Comitê de Recursos de Terceiros Nível I	Página 5 de 6

 Banrisul	Administração de Carteiras de Valores Mobiliários
Política de Compra e Venda de Valores Mobiliários no Âmbito da Administração de Carteiras	

ANEXO B - Declaração de Conformidade dos Investimentos Pessoais

Eu, _____, CPF nº _____, declaro, para os devidos fins, que: (i) meus investimentos pessoais estão em conformidade com os procedimentos e regras contidos na Política de Investimentos Pessoais; e (ii) tenho conhecimento que as infrações à Política estão sujeitas a ações disciplinares, independentemente do nível hierárquico, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Porto Alegre, [•] de [•] de [•].

Assinatura

Edição	Informação	Data do Início da Vigência	Próxima Revisão	Aprovação	Página
1ª	() confidencial () uso interno (X) pública	26/7/2017	A qualquer momento	Comitê Fiduciário e Comitê de Recursos de Terceiros Nível I	Página 6 de 6